



PROPOSTAS – PSOL - 2016

Diretrizes para o Plano de Governo - PSOL

Na etapa atual do capitalismo financeiro, os produtos primários produzidos no estado são especulados nas bolsas de valores, exportados para outros países, principalmente para a China, e o lucro dessas matérias-primas exportadas é acumulado por fazendeiros e pelas multinacionais. Devido ao imenso monopólio das terras e dos negócios em Mato Grosso e com as isenções de impostos ao agronegócio, pouquíssima parte dos lucros bilionários obtidos no estado é revertida para a economia local e para políticas que poderiam melhorar as condições de vida de nós trabalhadores, indígenas, quilombolas, retireiros, entre outros povos que têm seu sofrimento diretamente ligado ao modelo de produção agropecuário.

A expulsão dos povos do campo e dos rios promovida pelo agronegócio concentrador de terra e pelas hidrelétricas tem empurrado para as periferias das cidades as populações trabalhadoras, sem terra e sem teto. Na cidade do agronegócio o que vemos é uma cidade-negócio imersa na lógica do estímulo à produção e ao consumo de mercadorias, nada mais. Prioriza os carros, os grandes comércios, as indústrias e os condomínios, enquanto o povo trabalhador é marginalizado, excluído do direito à moradia, sem trabalho digno, sem saneamento, sem acesso à educação, à cultura, à saúde e ao transporte de qualidade e sujeito a todo tipo de violência.

A priorização dos interesses das corporações do agronegócio, dos bancos e das construtoras nas políticas públicas, o sucateamento dos serviços públicos, principalmente a saúde e educação, o não cumprimento dos reajustes salariais dos servidores, entre outras medidas, são marcas já sentidas pelo povo em relação a este modo de governar dos políticos tradicionais. O PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) se coloca em total oposição ao projeto de sociedade elitista, explorador e opressor conduzido pelos políticos tradicionais.

Para reverter esse quadro injusto e opressor em Mato Grosso, a política no estado e nos municípios precisa ser conduzida pelos de baixo, pelos trabalhadores, camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, retireiros, entre outros povos que tem sustentado essa sociedade, mas que é retirada dos espaços de decisão política. É preciso inverter a lógica da sociedade, não podemos mais aceitar que aqueles que há décadas e séculos exploraram a natureza e os seres humanos para acumular os lucros continuem no poder. Somente a organização e a luta política dos de baixo será capaz de colocar as/os trabalhadoras/es e povos oprimidos no poder e acabar de vez com as injustiças e opressões sistêmicas da sociedade. O PSOL-MT se coloca como um dos instrumentos de organização das/os trabalhadoras/es e oprimidas/os para impulsionar as práticas e teorias coletivas e libertárias em Mato Grosso, que são as sementes da nova sociedade e do novo ser humano que queremos construir, conforme as seguintes diretrizes.

Promoveremos a participação popular direta propiciando que o povo tenha voz nas decisões do poder público. Reduziremos os cargos de confiança ao estritamente indispensável, aproveitando ao máximo os servidores de carreira em cargos de direção. Esse aproveitamento se dará com a realização de concursos que levem em consideração o conhecimento e formação na área de atuação, bem como a experiência na função. Adotaremos mecanismos de democracia direta que valorizem a participação popular, como plebiscitos, referendos e consultas públicas, bem como fortaleceremos as conferências e os conselhos municipais.

A lógica de diminuição do Estado com as terceirizações e a desvalorização do quadro de funcionários de carreira provoca descontrole, má prestação de serviços públicos e cria as condições para os atos de corrupção.

É preciso reverter essa lógica que privilegia o poder das empreiteiras, das concessionárias do transporte coletivo, do lixo e das demais empresas que terceirizam os serviços públicos e dominam a cidade.

Verificamos que a mercantilização do transporte público com altos preços e baixa qualidade somente tem permitido a privatização completa do espaço urbano. Este modelo de transporte é poluente, antidemocrático e impede sistematicamente o acesso de todas as pessoas à cidade. Todos os direitos sociais, como saúde, lazer, educação, esporte passam pelo direito essencial de ir e vir.

O aumento crescente da tarifa do transporte coletivo, a falta de qualidade no transporte público, ruas esburacadas e sem asfalto têm impedido que a população tenha garantido seu direito de ir e vir e de acesso a cidade.

Propomos uma política que realmente interprete a mobilidade urbana como um direito e não uma mercadoria, fazendo uma auditoria dos atuais contratos das empresas de ônibus na defesa da municipalização do transporte público, redução gradativa da tarifa rumo à tarifa zero, passe livre irrestrito para estudantes (incluindo pós-graduação) e pessoas desempregadas, gestão democrática do transporte público, com um conselho de transporte público paritário, aberto ao público e que seja transparente e acessível à população.

Auditaremos e fiscalizaremos os termos contratados nas terceirizações, revisaremos as concessões e criaremos autarquias e empresas estatais municipais para execução direta dos serviços concedidos, bem como reestatizaremos a Sanecap. Utilizaremos com intensidade os recursos tecnológicos que propiciem maior eficiência administrativa e facilitem os mecanismos de consulta e controle social sobre os serviços e as contas do município. Promoveremos a transparência como a finalidade de viabilizar a total publicidade dos atos administrativos e estimular o controle social na execução das obras, nas assinaturas de contratos e nas prestações de contas, garantindo

o acesso a informações sobre orçamentos, compras públicas, contratos e serviços.

Fortaleceremos o controle interno no município, dando transparência e publicidade às auditorias para que haja um acompanhamento desse trabalho de controle do uso do dinheiro público.

A Constituição Federal de 1988 é um marco na conquista dos direitos sociais no Brasil e em seu artigo 196 estabeleceu que todos os cidadãos têm o direito à saúde, cabendo ao Estado a obrigação provê-la.

Ao estabelecer a saúde enquanto um direito, ela passa a ser entendida muito além da ausência da doença, mas como uma condição para o exercício pleno da cidadania.

Para garantir esse direito, foi instituído o Sistema Único de Saúde – SUS que será fortalecido na nossa gestão através da organização da Rede de Atenção à Saúde garantindo o acesso de maneira equânime e integral aos cidadãos.

Ampliaremos a Proporção de cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde da Família, bem como a Proporção de cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal da estratégia Saúde da Família.

Implantaremos: o Conselho Gestor de Saúde nos bairros, como um lugar mais próximo do cidadão para a tomada de decisão sobre a política de saúde; a Política Nacional de Humanização na rede de serviços do SUS, qualificando o acesso às ações e serviços de saúde no município; a Política Nacional de Promoção da Saúde, revista em 2015, promovendo a equidade e a melhoria das condições e dos modos de viver do povo cuiabano e os que vieram para cá; a Rede de Atenção à Saúde da Mulher buscando o atendimento integral, de referência e contra-referência em todas as fases da sua vida.

Ampliaremos: as Academias de Saúde com profissional da Educação Física nos bairros do município promovendo saúde em conjunto com a Equipe de Saúde da Família; a Rede de Atenção Psicossocial por meio das unidades Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Álcool e Drogas e CAPS Criança e Adolescente e leitos em hospital geral.

Instituiremos o Comitê Municipal de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde, trabalhando com a população negra, mulheres, população em situação de rua, população LGBT, população do campo, da floresta e ribeirinhos, população cigana, considerando os saberes das comunidades.

Fortaleceremos a vigilância em saúde no município, melhorando a detecção e cura dos casos de hanseníase e tuberculose e ampliando a cobertura vacinal.

Garantiremos as ações, serviços e medicamentos aos idosos e pessoas portadoras de doenças crônicas.

Aprimoraremos, ainda, o SISREG em toda a rede de atenção à saúde do município, garantido o acesso de maneira rápida aos exames e procedimentos aos usuários do SUS.

A Educação é a principal indicadora de aumento de rendimentos do trabalho e de mobilidade nas sociedades democráticas, promovendo a cidadania e a ampliação da inclusão social de todos.

Porém, não há como pensar em creches e escolas sem atividades lúdicas, inclusivas e formativas, além de informativas. Implantaremos uma educação que não seja meramente o treinamento para a vida do trabalho, que seja espaço de criatividade, de experiência e de solidariedade; que não emparede nossas crianças e jovens, mas que lhes dê as potencialidades para viver em liberdade. A educação que

queremos construir é a da inclusão: que nos leve da África e seu legado aos nossos bairros e suas histórias e lutas; que nos faça conhecer para preservar nossos ecossistemas; que nos permita reconhecer nos indígenas sua importância para nossa vida em sociedade.

Propomos construir uma política de educação emancipadora e inclusiva garantida pela democratização da administração escolar, ampliação do número de vagas no ensino infantil e fundamental e discussão ampla da grade curricular, num exercício diário de participação coletiva, na qual se insere toda a comunidade escolar.

Trabalharemos diariamente pela valorização monetária do trabalhador e trabalhadora da educação com melhores planos de cargos e carreiras e aposentadorias mais dignas e também pela valorização profissional que passa pela garantia de condições de trabalho como construção de escolas e creches que atendam a demanda, garantir a estrutura física adequada nas escolas, formação continuada para trabalhadores da educação, incluir as tecnologias digitais, adquirir equipamentos, atualizar material bibliográfico, entre outros, combatendo todos os tipos de assédio moral e profissional que a falta desses recursos configura.

Combateremos, ainda, a evasão escolar e trabalharemos para que as escolas acolham as crianças em turno integral. Melhoraremos as condições de inclusão das crianças e jovens com deficiência e ampliaremos o número de escolas infantis, para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar tranquilos. Buscaremos, também, a erradicação do analfabetismo.

Em regra as prefeituras não têm assumido suas responsabilidades na área da segurança pública ao argumento de que o tema segurança seria responsabilidade do Estado. Isso tem servido como uma desculpa para a omissão dos gestores

municipais na área, porém, se tornou insustentável diante da crise da segurança pública.

Implantaremos efetivamente a guarda municipal integrando-a com os órgãos de segurança do estado e com a comunidade, como forma de garantir direitos e prevenir a violência e a criminalidade. Buscaremos um trânsito seguro com a fiscalização das leis e normas de trânsito, com o intuito de reduzir acidentes, preservar a vida e garantir a mobilidade urbana. Mudaremos a atual postura do município que com o intuito meramente arrecadatário tem gerado uma indústria da multa.

Implantaremos um novo modelo agrícola que valorizará o trabalhador do meio rural e que dará prioridade à agricultura familiar, garantidora de soberania alimentar, inclusão de práticas alimentares promotoras de saúde, respeito à diversidade cultural, econômica e sustentável. Ampliaremos e incentivaremos o cinturão verde de forma que se tenha uma produção diversificada, economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

Implantaremos uma política habitacional para as populações excluídas em parceria com o estado e a União, ampliando os fundos públicos para a construção e reforma de moradias populares, bem como um programa de regularização urbanística e fundiária de loteamentos irregulares e ocupações.

Para romper com a lógica capitalista de exploração e desigualdade é preciso que se inicie um processo de construção de projetos econômicos que sejam viáveis socialmente e ecologicamente. Isto significa que o município deve ter sua política econômica revista, o que implica em uma verdadeira auditoria da dívida pública municipal, o incentivo à agricultura familiar e comunitária, a colaboração em atividades cooperativistas e da economia solidária, o fim de incentivos fiscais aos grandes empreendimentos, a estruturação do sistema tributário municipal para maior taxaço dos mais ricos, entre outras modalidades, como

forma de organização mais popular da produção seja ela industrial, comercial ou agrícola.

Implantaremos uma política de regularização da informalidade e de estímulo à pequena e média empresa; qualificação profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar; flexibilização das normas de licenciamento para atividades econômicas familiares. Investiremos em infraestrutura para estimular a economia popular local. Criaremos, ainda, uma agência municipal de fomento priorizando as atividades produtivas cooperativas e sustentáveis geradoras de emprego e renda dignos.

As praças e demais espaços públicos, hoje espaços impessoais e frios, devem ser ocupados como espaços de onde brote uma nova ideia de cidade: seja para as rodas de hip-hop com suas rimas afiadas e graves pesados; seja pelo grafite que colore a paisagem; seja como o solo para hortas comunitárias e com elas o debate sobre o alimento e saúde; seja para local para danças e cantos populares, como o cururu, o siriri, o rasqueado e o lambadão; seja para projetos de cultura e educação que envolvam crianças, jovens e os transeuntes do dia-dia. Cabe ao poder público garantir e incentivar esta nova experiência de cidade, ao invés reprimi-la. Queremos assim, desenvolver e contribuir com projetos populares de reocupação coletiva da cidade que visem à inclusão das periferias, do campo, das comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas; e que não seja uma ferramenta da política de especulação imobiliária.

Ampliaremos o orçamento do município em Cultura para no mínimo 1,5% da receita tributária e fortaleceremos a democratização do Conselho Municipal de Cultura com a ampliação da participação de representantes da sociedade civil. Integraremos os sistemas cultural e educacional, incrementando atividades extracurriculares que propiciem o convívio dos alunos com o nosso patrimônio cultural.

Consolidaremos o plano municipal de turismo cultural-esportivo-ecológico, com calendário anual de eventos que priorize as tradições populares e as manifestações alternativas não mercantilizadas.

São crescentes as queimadas, os desmatamentos, o uso indevido do solo e de áreas de proteção permanente, o dejetos de resíduos sólidos em lixões a céu aberto, dentre outros problemas ambientais. A crise ecológica global e local é resultado disso, na medida em que se amplia a cada dia o sistema de produção capitalista, se esgotam mais os bens naturais comuns da humanidade, de tal forma que já ultrapassamos os vários limites ecológicos do Planeta, interferindo em vários sistemas ecológicos, com a emissão de CO₂ na atmosfera, a redução da biodiversidade, escassez de água doce, poluição química, destruição da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, degradação do solo, entre outros impactos.

Propomos construir alternativas ecológicas sustentadas nos pilares do ecossocialismo e da reforma urbana e agrária popular, visando garantir um ambiente saudável, equilibrado em conjunto com um processo produtivo que seja determinado pela participação popular, com equidade social.